

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Universidade de São Paulo

Tópicos em História, Cultura e Poder

***O negacionismo histórico sobre o Regime Militar
e a busca reacionária pelo poder***

Nome: Gabriel Silva Ramos Zani

Nº USP: 8576477

Trabalho apresentado para avaliação na disciplina de Tópicos em História, Cultura e Poder, do curso de Mestrado em História Social, turno vespertino, da Universidade de São Paulo, ministrado pela Profa. Dra. Gabriela Pellegrino.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

São Paulo – 2021

I. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, particularmente, a partir da fase de instabilidade pelo qual o governo de Dilma Rousseff passou (que culminou em um golpe parlamentar, apoiado por setores civis), determinados grupos – de forma isolada – passaram a pedir a intervenção dos militares no governo brasileiro, a fim de que “solucionassem” os problemas vigentes.

Além disso, soma-se o fato do atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, quando ainda era um Deputado Federal, ter aproveitado o espaço na Câmara dos Deputados para convidar todos os ouvintes a lerem o livro escrito pelo agente da repressão e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra (*A Verdade Sufocada*), uma das principais obras *negacionistas* sobre o Regime Militar e que teve um elevado número de vendas após a indicação de Bolsonaro (inclusive, o próprio título do livro estampa inúmeras fotos de capa de páginas do Facebook, canais do YouTube, entre outras redes sociais que utilizam a obra como “inspiração” para mostrar o “outro lado da História”).

Com a capilaridade da *internet* e a elevada interconexão das redes sociais, esses grupos obtiveram uma voz maior, assim como ganharam mais adeptos, iniciando uma “campanha negacionista” direcionada, especialmente, ao período de vigência do Regime Militar no Brasil.

Com base nesses elementos, o objetivo desse trabalho é compreender o processo de busca do poder pelos negacionistas, especificamente, no que tange ao controle ou monopólio das narrativas sobre o passado brasileiro. Para a investigação, foi escolhido como espaço de observação o *ciberespaço*, particularmente, as redes sociais.

As fontes coletadas para o trabalho foram textos da bibliografia do curso, páginas, canais e blogs presentes nas redes sociais, além de vídeos de plataformas como o *Youtube*.

Antes de desenvolver o tema da pesquisa, é necessário destacar algumas questões metodológicas que nortearão esse trabalho. Em primeiro lugar, essa investigação se insere na História do Tempo Presente, especialmente, em uma de suas ramificações denominada como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“História Digital”. Na obra, *Intelectuais mediadores: Práticas e ação política*, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen escrevem da seguinte maneira:

“Há algumas décadas observa-se o crescimento do interesse acadêmico por questões relacionadas às propriedades e à eficácia do uso de diferentes mídias e linguagens na comunicação de ideias aos mais variados públicos. (...) surge nos debates sobre a história do tempo presente e naqueles acerca das relações entre história e memória, destacando-se o trânsito da noção de “usos do passado”, para citar somente alguns. O destaque mais recente talvez seja aquele conferido às chamadas história pública e história digital, que vieram impulsionar e tornar mais urgentes as reflexões sobre tais assuntos” (Gomes; Hansen, 2016, p. 7-8).

Estudar a História do Tempo Presente é um grande desafio para o historiador. Por exemplo, analisar as memórias e as narrativas compartilhadas pelos negacionistas, em relação ao período do Regime Militar, muitas vezes, revela-se como um trabalho rigoroso que requer cuidado e atenção. Em seu texto, *Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos*, Marcos Napolitano assim pontua:

“Não seria exagerado dizer que, nas últimas décadas do século XX, a memória invadiu o campo da história, ao mesmo tempo em que se tornou seu objeto de estudo. Passou a vigorar, portanto, uma nova relação entre história e memória, afirmada pelos acontecimentos extremos do século XX e pelo debate teórico que se seguiu. Surgiram novos desafios ao historiador, sobretudo àquele que se dedica ao estudo do chamado Tempo Presente” (Napolitano, 2018, p. 206).

Talvez o maior desafio para o historiador do Tempo Presente, manifesta-se nas disputas de narrativas, realizada por diferentes atores sociais e políticos, que visa o domínio sobre o passado. Após fases históricas que envolveram confrontos e violência, o cenário com que o historiador deve trabalhar, torna-se sensível e delicado. Observando essa importante questão, Napolitano aponta:

“Os processos de pacificação e transição que emergiram a partir de contextos históricos marcados pela violência política, tais como guerras, ocupações estrangeiras, genocídios e ditaduras, via de regra são acompanhados por complexas operações de reconstrução da memória e justiça de transição (...). O objetivo central seria o de superar as marcas traumáticas e fissuras no tecido social e nas instituições, para a refundação de um mundo comum. Este movimento de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“virar a página do passado” é marcado tanto por operações de esquecimento, quanto de lembrança, as quais envolvem uma ampla gama de atores sociais e políticos que disputam a hegemonia do processo” (Napolitano, 2018, p. 209).

Após o desfecho do Regime Militar, uma memória mais crítica sobre esse período prevaleceu no país. No entanto, com o advento das redes sociais, grupos negacionistas antes desarticulados, passaram a realizar inúmeras conexões, formando assim grandes comunidades ligadas entre si. Esse novo quadro possibilitou que inúmeras ideias e discursos negacionistas ganhassem mais amplitude, alcançando milhares de pessoas, diariamente. Analisando esse momento, em seu texto, *Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus*, Marcos Napolitano assim escreve:

“No contexto brasileiro, o século XXI tem sido marcado por desafios à memória hegemônica e às políticas de memória crítica. Na verdade, estes revisionismos começaram por volta de 2002-2004, ainda com viés liberal, com o surgimento de uma versão brasileira, mais branda, da “teoria dos dois demônios”, mas ainda temperados pela memória hegemônica crítica ao regime. O ano de 2015 marcou um momento importante de afirmação pública do revisionismo ideológico, com a tomada das ruas pela extrema-direita saudosa do regime militar. A conjugação da memória ressentida de grupos militares com os nostálgicos civis da ditadura ganhou as ruas e a esfera pública. Se o trauma nunca foi plenamente incorporado, ao menos do ponto de vista institucional e historiográfico, como categoria central para elaborar a experiência da ditadura brasileira, os tabus começaram a ser rompidos pelas direitas. Nesse momento, os tabus e pudores dos nostálgicos da ditadura foram rompidos, em nome da luta contra a corrupção e as esquerdas no poder. Com o acirramento da crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, a esfera pública se viu tomada pelo “retorno do recalçado” da memória da extrema direita, e por negacionismos e revisionismos de natureza puramente ideológica em relação à ditadura” (Napolitano, 2020, p. 38).

Diante desse quadro, cabe ao historiador – em primeiro lugar – reconhecer a importância dos métodos e dos instrumentos da ciência histórica, que o guiarão a uma análise mais completa e concisa sobre as próprias disputas pelo passado brasileiro. Em segundo lugar, é preciso saber

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

separar os domínios referentes à História e à Memória que, às vezes, misturam-se, gerando uma série de confusões interpretativas e conceituais. Em terceiro lugar, diante dos embates pela história do Regime Militar, o historiador não deve se colocar como um “árbitro” ou um “juiz”, mas como um pesquisador que clarifica o debate, trazendo luz ao estudo sobre o passado, a partir de necessárias contribuições teóricas.

Para auxiliar no desenvolvimento desse trabalho, será utilizada como base a “história conceitual do político”, apresentada – de forma brilhante – por Pierre Rosanvallon, a qual contribui para o estudo sobre diversos objetos, por exemplo, o negacionismo histórico enquanto instrumento de poder.

Em sua obra, *Por uma história conceitual do político*, Rosanvallon expõe o processo de transformação da História Política. Em um primeiro momento, a História Política Tradicional foi predominante, manifestando-se através da separação entre o historiador das ideias, o filósofo e o historiador dos acontecimentos e instituições, no que tange aos estudos sobre o campo político. Em um segundo momento, houve o declínio da História Política Tradicional e a abertura para novas áreas de estudo, tais como a história das mentalidades políticas, a sociologia política e a filosofia política, as quais - a partir de inúmeras contribuições teóricas - renovaram a abordagem do campo político. No entanto, mesmo com esses avanços, o autor aponta que a fragmentação entre as diferentes áreas do saber ainda permaneceu. Situação que passou a mudar nos últimos anos, em que essas diversas áreas de estudo sobre o político começaram a se aproximar mais, tendo como base elementos e objetos de estudo em comum (história das ideias, filosofia da história política, antropologia política, entre outras). A partir do encontro e do diálogo entre elas, a *história conceitual do político* se desenvolveu, superando a fragmentação vigente na história tradicional (Rosanvallon, 2010, p. 9-12).

A partir disso, é possível afirmar que a articulação entre diversas ciências favorece, diretamente, os estudos sobre o negacionismo histórico, no Brasil. A partir de suas contribuições metodológicas e epistemológicas, a união entre elas oferece importantes caminhos de estudo sobre esse objeto, levantando novas questões e novos problemas, que devem ser analisados de forma minuciosa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Rosanvallon, “o objeto de estudo da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas”, referentes a um determinado período, território e grupos sociais específicos (Rosanvallon, 2010, p. 16). Em outras palavras, trata-se do esforço de compreender como a realidade é representada e como os problemas que surgem a partir dela são respondidos pelos sujeitos nela presentes.

A partir disso, a *história conceitual do político* se revela importante e relevante aos estudos sobre o negacionismo histórico, seja à compreensão sobre a forma com que os negacionistas entendem a realidade brasileira, seja à apreensão dos discursos que eles mobilizam na disputa pelas narrativas, envolvendo o passado brasileiro, especificamente, o Regime Militar.

A *história conceitual do político* expande os objetos e temas de estudo, não se limitando à análise de obras clássicas. As fontes que compõem a cultura política de determinado período, devem ser observadas e estudadas, tais como os panfletos, as obras literárias, a imprensa, os movimentos sociais, entre outros (Rosanvallon, 2010, p. 17). Com a entrada do espaço digital na historiografia, novas fontes passaram a fazer parte do conjunto documental dos historiadores, especialmente, aqueles que estudam temas mais ligados à *História do Tempo Presente*. No que diz respeito ao negacionismo histórico sobre o Regime Militar, considerável parte das fontes negacionistas se encontram nas redes sociais, espalhadas por comunidades compostas por reacionários e integrantes da extrema-direita brasileira. *Memes*, vídeos do *YouTube*, textos de *blogs*, entre outros tipos de fontes são compartilhadas, diariamente, entre os grupos virtuais negacionistas, devendo o historiador saber trabalhar com elas, uma vez que exigem modos particulares de análise.

Além disso, o foco da *história conceitual do político* não está somente sobre os grandes intelectuais e autores, mas também sobre os seus leitores, seguidores e compartilhadores de suas ideias que, possivelmente, debateram com outros indivíduos que pensavam de forma diferente, constituindo assim trocas e disputas intelectuais (Rosanvallon, 2010, p. 17). Nas redes sociais, as comunidades negacionistas se relacionam tanto internamente (entre os próprios usuários que as integram, por exemplo, um grupo que compartilha os dados referentes aos livros escritos por Ustra, torturador que participou da Ditadura Civil-Militar brasileira), quanto externamente (ora através

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de ataques conjuntos contra páginas e perfis que se opõem à narrativa negacionista, ora ampliando a sua rede e aumentando assim as ramificações negacionistas nas redes sociais).

II. DESENVOLVIMENTO

Com as questões introdutórias expostas e analisadas, é possível iniciar o desenvolvimento do trabalho com a seguinte questão: um negacionista pode ser considerado um “intelectual”?

Para auxiliar na resposta para a pergunta acima, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen destacam o teor polissêmico do conceito de “intelectual”. De acordo com as autoras:

“Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos políticos e sociais, fluido e polissêmico (...)” (Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, 2016, p. 12).

Tendo como base uma visão mais acadêmica, que tem como fundamento o rigor nos estudos científicos, é óbvio que um negacionista não pode ser considerado um intelectual, uma vez que ele próprio nega o conhecimento, concorrendo mais à *agnogênese* do que à construção do saber (fato que, provavelmente, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen concordariam, a partir de sua argumentação sobre o que constitui um intelectual).

No entanto, ao tomar como base o sistema de referências de uma comunidade negacionista, nota-se que os critérios que validam se o sujeito é ou não um intelectual, são variados em relação ao que se observa no campo acadêmico. No interior dela, existem “porta-vozes” como *Youtubers* conservadores famosos ou autores de *blogs* com elevada popularidade, os quais – a partir de sua retórica – recebem um *status* de “intelectual” e “formador de opinião”. Entre os negacionistas, há um tipo de “Pedagogia da Ignorância”, a qual é formada por um “mestre” (o “intelectual” definido pela própria comunidade) e seus “alunos” ou “discípulos”.

Com base nesses elementos, conforme bem observam Gomes e Hansen, a reflexão histórica sobre os *intelectuais* exige a historicidade necessária, a fim de que a observação seja coerente e garanta sentido à investigação. A partir disso, as autoras escrevem:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Assim, uma abordagem da história dos intelectuais, que exige reflexão sobre a própria categoria em sua historicidade e complexidade, está associada ao desenvolvimento do que se tornou conhecido como história cultural e, afiliada a esta, como “nova” história política (...). Assim, vale ressaltar que ocorre, de um lado, um “desencantamento” da figura do intelectual como gênio, fator explicativo de transformações culturais, científicas e artísticas, tratamento que, justificadamente, gerava suspeitas entre historiadores. De outro, aumentam os esforços para a construção de novas categorias ou para uma retomada de categorias com sentidos renovados, que pudessem enriquecer o tratamento dado a esses sujeitos históricos nomeados como intelectuais. Tais categorias, contudo, não podiam ser mais consideradas universalmente válidas e, principalmente, não podiam ser reduzidas, anacronicamente, ao que se pensa sobre os intelectuais, no momento em que a análise é realizada pelo historiador ou cientista social.

(...) questões como a das condições de produção político-social de ideias tornam-se absolutamente relevantes, ao lado da importância das tradições intelectuais, dos paradigmas vigentes em dado contexto cultural, bem como das linguagens e do vocabulário (científico e artístico) disponíveis, além das sensibilidades compartilhadas por indivíduos e grupos de intelectuais. O que se deseja destacar, nesse grande movimento, é a centralidade que as variáveis culturais passam a assumir para a compreensão do mundo ou da “visão de mundo” dos intelectuais, cada vez mais pensados em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla. Ou seja, como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo” (Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, 2016, p. 11-12).

Não é possível afirmar um diálogo (uma vez que os negacionistas têm uma fraca disposição para isso), mas é a partir do embate com as questões políticas e sociais do presente, que esses grupos passaram a se organizar, construindo a sua identidade e compartilhando as suas ideias, nas redes sociais. A principal intenção dos negacionistas, no que diz respeito à história do Brasil, é somente uma: monopolizar as narrativas sobre o passado brasileiro.

Entre os negacionistas, ainda há um elemento mais crítico, que envolve as suas ações nas redes sociais: a defesa de um autodidatismo, sem qualquer fundamentação teórica mais crítica. Em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

outras palavras, principalmente, entre os seguidores ou “discípulos” dos “mestres-intelectuais” negacionistas, há uma percepção muito equivocada sobre a produção do conhecimento. Ao receber uma mensagem no *WhatsApp* ou um vídeo no *Facebook*, o público que participa do processo de criação e transmissão das ideias negacionistas, entende-se não somente como um receptor, mas também como um potencial produtor de “conhecimento” e “informação” (na realidade, desconhecimento e desinformação), que também pode criar uma página em uma rede social e ter muitos seguidores fiéis, tornando-se assim um “mestre” negacionista.

Observando a questão da recepção cultural e a formação do público em determinado contexto, Angela de Castro Gomes e Patricia S. Hansen afirmam:

“Os estudos de recepção cultural reforçam essa abordagem, ao insistir que não há sujeito ou público passivo, e não importa idade, gênero, grau de instrução, condições socioeconômicas, acesso à informação etc. Todo leitor, ouvinte, espectador, aluno etc. reelabora os significados dos bens culturais de que se apropria, em função de sua experiência de vida (...). (...) o receptor, nada passivo, é um sujeito que, simultaneamente, pode aderir e subverter os sentidos de uma mensagem, por estratégias de seleção e usos, dialogando, na maioria das vezes sem saber, com as intenções dos “criadores” (Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, 2016, p. 15-16).

Atento à expansão do negacionismo histórico no *ciberespaço*, Marcos Napolitano aponta que “no fim da primeira década do século XXI, a memória hegemônica do Regime Militar começou a ser questionada por outras memórias, muitas delas até então vividas no plano privado ou em grupos sociais restritos (como nos Clubes Militares ou nichos virtuais da extrema-direita)” (Napolitano, 2020, p. 37). Mais à frente, em seu estudo, ele complementa:

“Memória sem lugar institucional dos nostálgicos da ditadura, mas com ampla difusão social a partir das redes sociais e espaços virtuais na internet, e que vem reclamando legitimidade no seio do debate público e acadêmico” (Napolitano, 2020, p. 38).

No *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, é possível compreender o caráter *relacional* do poder. A partir da argumentação presente nessa obra, nota-se que o poder só é poder, a partir da relação entre duas ou mais pessoas, desde que estejam ligadas por algum laço de dependência, por exemplo, a terra e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o dinheiro, lembrando que o poder não se restringe à *coisa* ou ao *objeto*, mas se constitui na própria *relação* entre os sujeitos (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2004, p. 933-934).

No caso das redes sociais, em específico, a informação não é somente um meio pelo qual os indivíduos se relacionam, mas também se revela como o principal objeto de disputas pelo poder entre diferentes *comunidades* virtuais. A partir da obtenção e transmissão das informações, diversos grupos buscam a hegemonia no campo das narrativas e dos discursos, condição que garante ao sujeito hegemônico o *status* de “detentor ou *guardião* da verdade”, no espaço virtual. Nos últimos anos, foi possível notar um elevado crescimento de grupos negacionistas nas redes sociais, os quais procuram *monopolizar* o domínio da informação, a fim de concentrar e exercer, de forma arbitrária, o poder (referente ao conhecimento) sobre os usuários das redes sociais.

A relação entre os negacionistas e o público que frequenta os espaços virtuais, produz uma série de elementos negativos como a desinformação, os discursos falaciosos, as narrativas sem qualquer fundamentação teórica, entre outros. Quando o saber se encontra nas mãos de sujeitos que negam o próprio saber que carregam, o resultado só pode ser a ignorância, a qual também tem exercido influência sobre determinadas partes da sociedade brasileira.

Para auxiliar no entendimento sobre como essa influência se processa, a obra *La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*, escrita por Enzo Traverso, é fundamental à compreensão sobre diversas questões do presente, por exemplo, o negacionismo histórico. Embora ele enfoque mais a negação do passado e os autores negacionistas relacionados à história do Nazismo e do Holocausto, assim como outros intelectuais conservadores como Furet que possuem visões históricas equivocadas, é possível utilizar a sua argumentação e as suas críticas como bases à análise sobre o negacionismo presente no Brasil, referente ao Regime Militar.

Ao longo de sua obra, Traverso levanta uma série de questões importantes, especialmente, no que diz respeito à memória, a qual é concebida como a própria “história” pelos negacionistas, não existindo a distinção necessária entre elas. De acordo com o autor:

“La memoria es, entonces, una representación del pasado que se construye en el presente. Es el resultado de un proceso en el que interactúan varios elementos, cuyo papel, importancia y dimensión varían según las circunstancias. Estos *vectores* de memoria no se articulan en una

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estructura jerárquica, sino que coexisten y se transforman por sus relaciones recíprocas. Se trata, en primer lugar, de recuerdos personales que forman una memoria subjetiva no petrificada, sino a menudo alterada por el tiempo y filtrada por las experiencias acumuladas” (Traverso, 2012, p. 285-286).

Com base no trecho anterior, é possível identificar duas questões centrais. Em primeiro lugar, a memória é uma representação do passado, construída no presente. Em segundo lugar, a memória enquanto construção de um indivíduo ou grupo, revela-se subjetiva e, por isso, elaborada a partir das próprias referências do seu produtor. Esses dados são fundamentais para o entendimento sobre os negacionistas brasileiros, uma vez que as lembranças de uma testemunha ocular (obviamente, favorável ao Regime Militar), que acompanhou os anos da Ditadura Civil-Militar brasileira, assumem um *status* de “máxima verdade”, consideradas “superiores” aos estudos acadêmicos ou livros de história sobre esse período.

O teor das memórias, que fundamentam a narrativa negacionista, é *nostálgico*, uma vez que seus propagadores concebem o período do Regime Militar como a “melhor fase” da história brasileira. É certo que essa afirmação não parte de uma visão objetiva, baseada na ciência histórica. Ao contrário, o seu sentido é puramente retórico, com um elevadíssimo conteúdo ideológico e repleto de juízos de valor. O foco não é a construção do saber histórico, visando contribuir – positivamente – ao debate sobre o passado brasileiro. O objetivo dos negacionistas é o controle, o poder, a hegemonia na disputa de narrativas relacionada à Ditadura Civil-Militar.

Além de *nostálgica*, a memória dos negacionistas também é *neurótica*. Para esses indivíduos, o inimigo dos anos 60, o “comunismo”, “ainda está vivo e fortalecido o suficiente para realizar um golpe no Brasil”. Esta obsessão é o motor das comunidades negacionistas, que alimentam o medo e o pânico das pessoas influenciadas pelas suas narrativas, atuando como uma ferramenta que legitima e justifica o pensamento reacionário crescente no país. Analisando essa importante questão, Marcos Napolitano escreve da seguinte maneira:

“A memória neurótica da história, sobretudo quando ganha a esfera pública e demanda respeitabilidade no debate sobre o passado, apresenta uma série de questões novas aos historiadores. Primeiro, o fenômeno do “negacionismo”, filho bastardo do silêncio do perpetrador

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que já não mais se sustenta. Segundo, esta narrativa neurótica oscila entre a consciência (recalcada) de culpa e a ausência de culpa (...).

Mas vale lembrar que a consciência da culpa do perpetrador e seus herdeiros também é impedida pela neurose obsessiva que repõe o passado recalçado: o inimigo ainda está vivo, e quer nos destruir, ele está em toda a parte, e representa a violação dos valores primordiais da “nossa” sociedade. A tese da extrema direita civil e militar brasileira, por exemplo, ainda enxergando perigosos comunistas em todos os espaços sociais, e operando dentro dos marcos anacrônicos da “luta contra a subversão” é o exemplo mais delineado desta memória neurótica. Quando esta memória se conecta aos medos e às neuroses sociais do presente – como o medo social diante da criminalidade ou dos comportamentos desviantes da moral convencional e normativa – ganha um potencial disruptivo, capaz de eleger um presidente da República que é um dos exemplos de rompimento dos tabus, afirmando sem maiores pudores que o grande erro da ditadura é que ela “torturou ao invés de matar”, e assim permitiu a continuidade de ação do “inimigo” (Napolitano, 2020, p. 42-43).

Analisando os textos de Patrice Gueniffey (um dos discípulos de Furet), Traverso identifica um equívoco na produção desse autor, que consiste na articulação de dados do passado sem qualquer relação, por exemplo, o número de mortes no governo jacobino e no bolchevique (Traverso, 2012, p. 78). Semelhantemente, os negacionistas brasileiros fazem essa articulação equivocada, principalmente, entre a esquerda brasileira dos anos 60 e os integrantes da União Soviética. A mais simples “simpatia” ao “perigo vermelho”, já é a “prova” de que, se os militares não tivessem se movimentado, o Brasil “teria caído na violência desordenada da esquerda”. Equívocos e informações erradas como estas acima, são frutos de um tratamento ideológico sobre o passado, que anula qualquer fundamento básico da ciência histórica (como a contextualização de um evento ou ação de um grupo em determinado espaço), concorrendo assim à expansão e ao fortalecimento de uma memória *neurótica* sobre o Regime Militar, sobretudo, nas redes sociais.

Outra questão importante, que Traverso destaca em sua obra, refere-se ao rótulo “ideocracia”, imposto pelos historiadores “anticomunistas” sobre os governos liderados pela esquerda, entendidos como regimes fundados “em uma ideologia” (Traverso, 2012, p. 73). Os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

negacionistas utilizam bastante essa questão, a fim de deslegitimar seus adversários políticos, já que eles são orientados por "um viés ideológico". Em outras palavras, os rivais desses grupos reacionários “não merecem qualquer atenção ou credibilidade”, já que os seus fundamentos e princípios são “falsos”, assim como “parciais” e “mentirosos”. No entanto, o que muitos deles fingem não ver ou esquecem propositalmente, é o fato de que não há governos sem relações com alguma ideologia (a própria ação desses grupos também é fundada em bases ideológicas).

Na obra “Ideology and Utopia”, Mannheim mostra como os critérios políticos passaram a servir como base para definir o que é real ou não. Analisando os ideólogos oitocentistas, Mannheim pontua que Napoleão Bonaparte conferiu sobre eles uma visão depreciativa, a qual influenciou negativamente no próprio entendimento sobre o conceito de “ideologia”. Analisando essa questão, o autor percebe que, ao depreciar determinada *ideologia*, a afirmação de que as bases e os discursos de um grupo são “falsos”, faz-se por diferenças e discordâncias políticas (de pensamento e ação ou prática). Os critérios utilizados para definir o que é válido ou não, portanto, têm como base a correspondência entre o pensamento de cada grupo e a sua ação política (se há concordância, o que o outro grupo diz é real; se há discordância, o que o outro grupo diz é falso). Sendo assim, Mannheim define essa correspondência como uma “ontologia derivada da experiência política”, a partir da qual a atividade prática é vista como o único acesso à realidade digna de confiança (Mannheim, 1998, p. 65).

Ao definir o pensamento de um grupo adversário como “falso”, conseqüentemente, faz com que os acusadores ignorem o que os acusados de falsidade têm a oferecer em termos de conhecimento. E ao ignorar o que o adversário pensa e transmite, o grupo que pratica tal ação deve organizar o seu próprio pensamento e suas bases, desenvolvendo uma autopercepção positiva e nutrindo a certeza de que eles são os detentores do conhecimento “verdadeiro”.

Tal relação, brilhantemente, apreendida por Mannheim, manifesta-se também entre os negacionistas. Ao afirmar um suposto “viés esquerdista” nas produções acadêmicas sobre o Regime Militar, particularmente, nos livros de História, esses grupos tendem a rejeitar qualquer informação transmitida por essas fontes. Posicionados no conflito, vendo o adversário como o produtor de “falsidades” e “parcialidades”, os negacionistas buscam construir a sua própria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

identidade e a versão da história – segundo eles, “real e imparcial” – que fundamenta a sua visão sobre o passado brasileiro.

No início da seção I do Capítulo I, Mannheim aponta que, ao longo do tempo, partindo de experiências particulares e subjetivas, os indivíduos produziram determinados modos de conhecimento e pensamento que não passaram por uma análise crítica devida, nem foram submetidos à dúvida ou a questionamentos (Mannheim, 1998, p. 1-2). Articulando essa observação à forma com que os grupos sociais disputam o poder, nota-se que tanto a afirmação de que o pensamento do adversário é “falso”, quanto a defesa de que somente o seu grupo possui o conhecimento “verdadeiro”, opera-se a partir de critérios subjetivos e, inclusive, *intersubjetivos*, mas não conceitos objetivos. Sendo assim, a ignorância não só permeia a observação de um grupo em relação a outro, mas também forma um tipo de conhecimento mais distante da objetividade (formado por motivações e pressuposições inconscientes, conforme Mannheim explicita).

Relacionando as observações de Mannheim com o estudo sobre o negacionismo, uma importante questão se destaca: a de que a realidade social e as relações que nela ocorrem, organizam-se e são transformadas em função da *contradição* ou do *conflito*. Diferente de Durkheim que focava nos elementos *em comum* entre diversos grupos, Mannheim – por sua vez – buscava investigar as *diferenças* produtoras de conflitos e tensões entre esses coletivos, que participaram ativamente na formação da identidade e do pensamento de cada um deles.

Isso se expressa na própria disputa de narrativas ocorrente nas redes sociais. Almejando “desmistificar” os dados disponibilizados pelas universidades ou por pesquisadores “progressistas” (uma vez que “todos foram falsificados pela ideologia comunista”), os negacionistas constroem a sua “versão dos fatos”, dando a eles um sentido diferente e “mais próximo da realidade”. Guiados por uma série de juízos de valor, pressuposições equivocadas e determinadas estruturas de relevância, eles filtram as informações e selecionam os elementos que julgam ser os “mais importantes”, formando assim as barreiras que os separarão da “falsidade” observada nos grupos adversários.

A partir desses elementos, é possível perceber o quão distante os negacionistas estão da ciência histórica. No capítulo três de sua obra, Traverso traz um importante debate sobre o uso da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ideia de “revolução” e como ela é utilizada, de forma equivocada, por determinados autores que viam no fascismo um teor “revolucionário”. Tendo em mente que se trata de contextos completamente diferentes entre si (o contexto europeu observado por Traverso e o brasileiro analisado nesse trabalho), o uso da ideia de "revolução" pelos grupos que negam os fatos relacionados ao Regime Militar, também revela aspectos equivocados e não objetivos sobre o passado brasileiro.

Como bem Traverso aponta em sua argumentação, uma das evidências de que não houve revolução entre os fascismos, é a ausência de transformação da estrutura econômica dos respectivos Estados que adotaram esse sistema político (Traverso, 2012, p. 131). Semelhantemente, o processo histórico envolvendo o Regime Militar no Brasil também não manifesta transformações na estrutura econômica, mas - sobretudo - a continuidade das políticas econômicas aplicadas anteriormente. Entre os negacionistas, não há clareza, nem uma compreensão mais crítica e contextualizada sobre as ideias ou os conceitos históricos. A subjetividade e a nítida influência ideológica que carregam, influenciam - diretamente - no modo com que apreendem e compreendem, nesse caso, a ideia de "revolução", afastando-se totalmente do sentido real do termo e impondo a ele visões equivocadas. Os negacionistas não veem a “revolução” como um momento de ruptura, uma fase de profundas transformações em determinada sociedade, mas sim como um “evento heróico e glorioso”, que foi obtido através a “vitória dos seus heróis nas batalhas” (entende-se aí os militares contra os “comunistas”, em 31 de março de 1964).

“Heroísmo, vitórias e glórias”, palavras que, na maioria das vezes, aparecem nos relatos negacionistas sobre o Regime Militar. O ponto central é que elas não surgem por acaso. Pelo contrário, a ânsia pelo poder manifestada pelos grupos reacionários brasileiros, reflete na própria linguagem utilizada pelos seus integrantes, construída – estrategicamente – para a disputa e o controle das narrativas. O uso dessas palavras e o posicionamento delas no discurso negacionista, expõe a intenção daqueles que servem ao autoritarismo, visando a destruição da democracia e do diálogo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

III. CONCLUSÃO

Retomando os conceitos anteriormente analisados e a importante discussão produzida pelos autores acima, é possível levantar algumas hipóteses relacionadas ao problema desse trabalho. Partindo da pergunta “por que focar o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar?”, uma hipótese se destaca: porque ele é o “ponto de partida” de um projeto político e cultural, que visa “recontar” a História do Brasil – desde o seu início – sob um viés conservador (uma vez que “os acadêmicos e os intelectuais de esquerda os enganaram com a sua versão da história brasileira”).

Uma das evidências que sustenta essa hipótese é o próprio conjunto de canais reacionários do *YouTube*, os quais – através de vídeos muito bem produzidos – passaram a contar a História do Brasil a partir de uma visão conservadora, iniciando pelo Regime Militar e, logo em seguida, perpassando as fases colonial e imperial, negando fatos cruciais e revisando noções trazidas, de forma crítica, pela Academia.

Além disso, é necessário ressaltar que o *negacionismo histórico* sobre o Regime Militar, está também inserido em um projeto de poder maior. A narrativa que o sustenta é fundamental para os grupos e atores políticos opostos aos princípios democráticos, que visam lançar o Estado Brasileiro nos braços do autoritarismo.

Junto com a ação negacionista direcionada à História, existem também outras iniciativas de caráter reacionário, em que se buscam até mesmo retirar a liberdade de um Professor, em sala de aula. Um projeto liderado pela extrema-direita, que causou um elevado mal estar entre os educadores, foi o “Escola sem Partido”, no qual se defendia o “fim da doutrinação ideológica comunista” nas escolas brasileiras e o “estabelecimento da imparcialidade no ensino”. Obviamente, os maiores alvos desse projeto eram os docentes ligados à área de Humanidades, especificamente, os de História.

É a partir de ações e iniciativas como essa destacada acima, que se torna possível observar como elementos intelectuais podem ser materializados no cotidiano. Por exemplo, a ideia de que a “esquerda falsificou a história brasileira”, quando materializada, converte-se em um projeto antidemocrático que visa eliminar a liberdade dos Professores, seja em seu trabalho em sala de aula, seja na livre expressão de suas ideias. Sendo assim, a escola se torna um “laboratório”, um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espaço de domínio e experimentos realizados pelos reacionários, constituindo-se um ponto inicial para um projeto de poder maior: o controle sobre a liberdade da própria sociedade brasileira.

O negacionismo histórico, portanto, é uma das fontes que alimentam a sede pelo poder, manifestada por esses grupos mais autoritários e antidemocráticos. A narrativa negacionista se inicia, a partir do silenciamento da voz divergente, anulando qualquer chance de diálogo ou debate.

Dessa forma, cabe ao historiador – em primeiro lugar – compreender as bases históricas e intelectuais que sustentam esse *negacionismo*, analisando-o criticamente à luz da ciência histórica, a fim de que exista um enfrentamento eficaz e efetivo em relação às arbitrariedades e falsificações impostas sobre a história do Regime Militar, assim como o passado brasileiro, em geral.

A partir disso, revela-se a importância dos historiadores ao estudo do passado recente e do Tempo Presente, especialmente, na observação sobre a linha tênue que há entre a história e a memória, assim como na constituição de uma distinção objetiva entre elas. Trata-se de uma tarefa complicada e árdua, uma vez que o objeto de estudo ainda está “quente”, com seus respectivos sujeitos e elementos ainda presentes, por exemplo, o Regime Militar e seus representantes, que participaram do Golpe de 1964 e do governo militar.

Portanto, já ressaltado anteriormente, o historiador não deve atuar como um “juiz imparcial”, mas deve submeter a narrativa desses grupos à crítica histórica, esclarecendo-a através da historiografia e dos métodos selecionados para a pesquisa.

Para concluir esse trabalho, a historiadora Helenice Rodrigues da Silva, em seu artigo, *“Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória*, defende que o “historiador do presente” deve desempenhar uma função de *mediador*, no trabalho que envolve o resgate das memórias e a reconstituição do passado. De acordo com as suas palavras:

“Objeto de manipulações frequentes (de ordem política e ideológica), a memória (individual e coletiva) passa, assim, a integrar o “território do historiador”. Inspirando-se em análises psicanalíticas (sobre o “recalque”, o “luto”) e filosóficas (sobre o tempo, o silêncio, etc.), o historiador do presente desempenha, nesse trabalho de resgate da memória, uma função de mediador, à imagem de um analista. Procurando adequar os relatos de memórias individuais à

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

veracidade histórica, ele elabora uma reflexão sobre a própria temporalidade” (SILVA, 2002, p. 426-427).

Bibliografia

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Editores). *Dicionário de Política*. Brasília, DF; São Paulo: Editor: Impr. Of.; UnB, 2004. 2v.

GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: Práticas e ação política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utopia (Routledge Classics in Sociology)*. London, The London School of Economics and Political Science (University of London), Routledge & Kegan Paul, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. *Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus*. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos*. SÆCULUM – Revista de História [39]; João Pessoa, jul./dez. 2018.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “*Rememoração*”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2016.